

O Legislativo e a República

Zilda Márcia Gricoli Iokoi*

Um dos problemas que deve ser enfrentado pelos brasileiros no limiar do século XXI refere-se ao republicanismo como um valor da política moderna. É de se perguntar se a sociedade civil reconhece os postulados da República, ou seja, a constituição de regime político laico, comprometido com a esfera pública, separando-a da esfera privada, como algo significativo para a realidade contemporânea. Assim, pode-se ainda analisar se é possível constituir Estado de Direito sem o sentimento republicano, e se essa ausência justifica as desigualdades profundas existentes na sociedade brasileira. Seriam elas oriundas de um agravamento decorrente das ambigüidades e limitações tanto do regime como das modernizações sem mudanças de uma história sem rupturas?

Do ponto de vista das relações entre a história e a cultura, a República pôde significar algo novo nas nossas tradições assentadas sobre as relações de favor e os compadrios? Seria posição irreversível a confusão entre as esferas pública e privada nas relações entre o Estado e a Sociedade? Decorre destas relações a fragilidade dos direitos universais como os de educação, saúde, seguridade social tão duramente conquistados nas lutas dos trabalhadores?

Para revisitar as origens desses problemas contemporâneos que nos afligem, devemos retornar ao século XIX e resgatarmos os passos que levaram a formação do Estado Brasileiro e a escolha do regime monárquico em lugar da república. Num primeiro movimento a conjuntura das guerras napoleônicas e a transferência da Corte para o Rio de Janeiro já explicam o freio na ênfase discursiva das lutas emancipacionistas ocorridas em finais do século XVIII. Depois, a presença do Brasil no quadro da geopolítica da Santa Aliança e a elevação a Reino Unido eliminaram, de fato e de direito, a condição de colônia e, desse modo, restava às elites locais um processo de modernização apoiado na permanência da escravidão. Mesmo considerando a proeminência inglesa advinda dos tratados de 1810, o fato de serem as elites locais

DAH-ALESP



Benjamin Constant (1837 - 1891)

produtoras de gêneros tropicais para exportação, vinculadas aos mecanismos de variação cambial, lhes rendia dividendos que não seriam atingidos com uma ruptura com o mercado exportador. Desse modo, a partir de um pacto pelo alto, a Independência se fez articulada ao trono português apesar dos conflitos entre a deputação de brasileiros e as cortes de Lisboa no processo da Revolução do Porto.

Assim, o projeto liberal que deveria comandar o processo político brasileiro em torno de uma monarquia constitucional acabou abortado pelo golpe de D. Pedro I contra a Assembléia Constituinte. Desse modo, o resultado foi o estabelecimento da tirania embasada pelo arbítrio do poder moderador e pelo voluntarismo do governante. Conflitos abertos em diferentes províncias, nomeações e deposições de ministros, repressão aos movimentos de protesto e assassinatos. Muitos contemporâneos, entretanto, devido ao aparato político-jurídico existente ainda consideram a monarquia constitucional brasileira liberal. Nesse grupo pode-se citar João Camilo de Oliveira Torres como o mais expressivo dos intelectuais orgânicos da monarquia brasileira. Em *A Democracia Coroada* defendeu a existência de um sistema representativo de governo e uma

* - Professora do Departamento de História da América Latina Contemporânea da FFLCH da Universidade de São Paulo. Autora de *O Legislativo na Construção da República*. São Paulo/Brasília, Contexto/CNPq, 1990; *Igreja e Camponeses: A Teologia da Libertação e os Movimentos Sociais no Campo*. Brasil/Peru. 1964/1988. São Paulo, Hucitec, 1990; *Intolerância e resistência: A saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil - 1930/1975*. São Paulo/Itajaí, Humanitas/Univale, 2003.

ampliação de direitos com o parlamentarismo a partir de 1847, da descentralização administrativa em 1834 e com a reforma eleitoral em 1831. Além disso, destaca o autor o papel da abolição das estruturas feudais do Poder Judiciário com a promulgação dos Códigos comerciais e penais.

Analisando esse processo, Suely Robles Reis de Queiroz¹ destacou o papel de muitos publicistas tais como o Visconde de Taunay, o Visconde de Ouro Preto, Oliveira Lima, Joaquim Nabuco e outros que, defensores da monarquia, passaram a criticá-la após a mudança do regime político. Foram considerados adesistas e mais tarde explicaram suas atitudes apenas no período de vigência do segundo reinado, eximindo-se da defesa do período que se encerrou com a abdicação em 7 de Abril de 1831.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, considerado por Joaquim Nabuco um gigante intelectual, passou, em 1837, com grande estrondo para o campo da reação: depois do 7 de abril de 1831, quando aparentemente estaria sendo testada uma experiência republicana, ele afastou-se de Feijó, apoiou e participou do Ministério de Araújo Lima. Assim explicou Vasconcellos seu ato de reação:

“ Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia.. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la e por isso sou regressista. Não sou trãsfuga, não abandono a causa que defendo, no dia dos seus perigos, da sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete.”²

A força da reação era invencível para Nabuco; uniam-se no mesmo movimento os velhos reacionários do primeiro reinado, os principais responsáveis pelo 7 de Abril e o grupo que em torno dos Andradas arvorava-se em representante do liberalismo. Desse modo, o país, que vivia a formação dos dois grandes partidos que acompanhariam a vida política nacional, deixava-se levar docemente para a monarquia. Assim, foi proposta de Vasconcellos a formação de um Conselho de Estado, com objetivo de compensar com um poder articulador e central, a fraqueza das regências, sem, entretanto, defender a maioria para Pedro II.

Se as regências podiam ser consideradas como o teste republicano, é importante resgatar a compreensão de Nabuco de Araújo sobre esse sistema: foram 13 anos de hábil trabalho feito nos quartéis, demonstrando com clareza o fracasso da

democracia de tal modo que se a maioria não resguardasse a nação como um parapeito, ela teria se precipitado num abismo.

É possível perceber que os valores republicanos não eram estranhos aos intelectuais que se manifestaram em oposição ao controle metropolitano português sobre o Brasil. Idéias de liberdade foram debatidas e vivenciadas em inúmeras práticas sociais, fossem elas de protesto social ou político, envolvessem ou não a abolição da escravidão ou apenas se pusessem como expressão literária em textos ou imagens produzidas no Brasil.

Entretanto, a vinculação entre a liberdade e o espírito republicano não estiveram associadas desde os primórdios dos movimentos emancipacionistas. De certo modo, a promiscuidade existente entre as esferas pública e privada teve sua origem na estruturação da colônia brasileira, já que o colonizador conviveu com os escravos, nativos ou africanos, em relações íntimas ao longo de todo o processo. De outro lado, os escravos violados também procuraram partilhar das intimidades do senhor, fator fundamental nas possibilidades de sobrevivência em condições menos desumanas que as vividas pelos escravos do eito. Desse modo, as possibilidades de radicalização entre as classes e estamentos na colônia permaneceram incompletas e ambíguas. Logo, não se podem imaginar as relações oriundas desse processo num mesmo paradigma de entendimento das realidades históricas europeias, vivências tão singulares como as

DAH-ALESP



Bernardo Pereira de Vasconcellos (1795 - 1850)

que produziram os arcabouços teóricos que lhes deram origem. A polêmica sobre as idéias e seus lugares ponderou sobre o tema de modo muito diversificado. As noções sobre o liberalismo e seus limites, debatidas por intelectuais respeitáveis,³ foram sugestivas para criar a consciência das diferenças entre a historicidade dos processos sociais e a historicidade das dimensões intelectuais de determinados fenômenos históricos. No caso do republicanismo, é preciso perceber como esse elemento não representou um conjunto de valores erguidos da prática social, mas de fundamentos filosóficos construídos no período.

Em primeiro lugar vale lembrar que o processo de independência se fez por um longo caminho cheio de avanços e recuos necessários à acomodação das tensões internacionais e internas. De um lado, as guerras napoleônicas foram protagonizadas diretamente por uma colônia de proporções territoriais significativas no desenvolvimento das lutas contra o antigo regime. O fato de Portugal ser o fator de equilíbrio para a Inglaterra industrial em si só nos reportou para o centro das atenções mundiais. De outro, tendo um território extenso, tornou vantajosa a disputa por área de influência há muito cobiçada na América do Sul. Tráfico de escravos, ampliação de mercados, necessidades de capitais financeiros, geopolítica no Cone Sul foram fatores de cobiças suficientes para que os destinos da antiga colônia passassem a figurar no topo da agenda. Mas, como o centro da pressão externa era um país monárquico, pode-se dizer que o ideal republicano foi pouco debatido até 1831, quando da abdicação de D. Pedro I. O Visconde do Uruguai, em 1832, assim se manifestou:

“ A opinião chamada liberal, de então, forcejava para fundir o Poder Moderador com o Executivo. Por quê? Porque entendia que pela constituição, os atos do poder moderador, não têm referência, e que por eles não são responsáveis os Ministros. A opinião chamada liberal, de hoje, sustenta o diametralmente contrário. Digo a opinião chamada liberal, porque sou profundamente convencido de que é contrária à verdadeiramente liberal.”⁴

Verifique-se deste modo que os intelectuais procuravam dar legitimidade e legalidade ao poder moderador e não aproveitar a crise da abdicação para recolocar os valores obliterados pela dissolução da Assembléia Constituinte. Os interessados no debate haviam formulado posições entre 1817, 1824 e 1827; entretanto, no final do Primeiro Reinado, quando os valores republicanos poderiam ser de alguma forma considerados, a acomodação de tensões internas foi mais importante do que a fidelidade aos valores.

O Republicanismo como Mito

Foi exatamente o título de Fundador da República, conferido a Benjamin Constant pelos Constituintes de 1891, que o introduziu na história oficial do Brasil. Para avaliar essa mitificação, é preciso estudar o desenvolvimento do seu pensamento republicano, sua trajetória individual, as opções que fez até tornar-se um dos mais importantes personagens na transição de regime político no Brasil.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães, nascido em 1837, fez carreira no Exército, tendo alcançado a patente de tenente-coronel. Foi entretanto a mudança do regime político que lhe facilitou a obtenção do posto de general. Era professor e lecionou matemática em várias instituições, como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, a Escola Normal, a Escola Politécnica, a Escola Militar e a Escola Superior de Guerra, todas no Rio de Janeiro. Aos 20 anos conheceu o positivismo, doutrina republicana que, no entanto, o atraiu em especial pela importância que dava à matemática. Foi um dos primeiros e mais importantes divulgadores da doutrina no País, transmitiu-a à juventude militar que passava por suas classes, contribuindo decisivamente para que ela se tornasse republicana. Em 1889, esteve na linha de frente da conspiração que resultou no golpe militar que depôs a monarquia. Em seguida, integrou o primeiro governo republicano, nos cargos de segundo-vice-presidente e ministro da Guerra e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Foi, portanto, o primeiro ministro da Educação do País. Morreu em 22 de janeiro de 1891, pouco antes da promulgação da primeira Constituição republicana.

Benjamin Constant era um típico bacharel fardado. No seu tempo, a Escola Militar era um poderoso atrativo para rapazes pobres como ele, que desejavam instrução de nível superior e uma profissão. Marcado pelo cientificismo e pela literatura, o ensino militar formava oficiais que procuravam equiparar-se em prestígio aos bacharéis em direito.⁵

Militar assumidamente sem vocação, Constant teve sua trajetória principal dirigida para a função de professor que o levou a estabelecer relações conflituosas com a sociedade imperial. O magistério público era um campo minado pelo clientelismo e foram vários os concursos em que se classificou em primeiro lugar, mas não obteve a vaga. Ele mesmo pôde perceber as dificuldades existentes entre uma carreira pública e as interferências privadas dos vários campos da política nacional na escolha de professores em desvantagem de competência com quem disputou o magistério público.⁶

Mas, como se pode avaliar pela correspondência,⁷ a Guerra do Paraguai foi, de fato, fundamental na constituição de sua subjetividade. Ele não esteve no teatro de operações por muito tempo - apenas um

ano - nem desempenhou funções de maior importância do ponto de vista militar, tendo trabalhado basicamente em atividades de engenharia. Mas, nesse tempo, fez uma experiência radical com as elites políticas e militares do Império. Foi, por exemplo, quando conheceu de perto o então Marquês de Caxias, o mais prestigiado militar brasileiro. Nas cartas que lhe escreveu, emite opiniões não exatamente abonadoras de sua capacidade profissional e política e de sua integridade ética. Um dos fatos de desencontro entre Benjamin Constant e militares como Caxias derivava da sua concepção de mundo. Hierarquias que ele não reconhecesse como baseadas no mérito intelectual e profissional lhe cheiravam manifestações do “patronato” e deviam ser recusadas.⁸

Entretanto, se a guerra contribuiu para consolidar sua visão de mundo, não o aproximou de nenhum campo político, mesmo o republicano. Interessou-se pela República apenas às vésperas do 15 de Novembro. Foi possivelmente o sentido pragmático que o moveu a essa escolha, uma vez que não formulou reflexões sobre o regime político e nem deixou registros sobre o pensamento político de sua época. É fato que ele sempre teve atritos com a máquina burocrática imperial e com alguns representantes da elite política, mas também não se pode negar que mantinha boas relações com o imperador e muitos membros do grupo dirigente.

Apenas em 1886, quando surgiram as demandas dos militares oriundos da Guerra do Paraguai, postulando direitos e profissionalização, contrapondo-se ao governo imperial, Benjamin Constant começou a assumir atitudes políticas de oposição. Seduzido por alunos militares e jovens oficiais republicanos - muitos deles positivistas -, que o consideravam modelo de cidadão inteligente, bom e incorruptível, passou a aceitar a possibilidade de mudança republicana no País.

Benjamin Constant não pode, portanto, ser considerado um republicano histórico, se o comparamos aos pioneiros da propaganda e da organização do republicanismo brasileiro. Sua adesão ao positivismo não se estendeu à defesa da república como forma superior de organização política.

Quando assumiu o Ministério, distanciou-se ainda mais da ortodoxia positivista, embora muitos de seus auxiliares diretos, entre eles ex-alunos seus, a ela se filiassem, defendendo uma forma própria de ditadura republicana. A expressão de seu pensamento foi registrada por Alberto Salles em *A Pátria Paulista*⁹, cujo modelo foi batizado de *República Semecrática*. A aproximação mais adequada para o entendimento do conceito pode ser a do *self government* implementado nos Estados Unidos da América.

Constant seguiu, portanto, em direção oposta aos positivistas, inaugurando a heterodoxia: defesa da liberdade de imprensa, contenção dos acesos militaristas e autoritários de alguns de seus colegas e ação decidida no sentido do respeito ao

calendário eleitoral que conduziria à Assembléia Nacional Constituinte.¹⁰

Em sua singularidade atestava o professor que as representações sobre os pais fundadores construídas *a posteriori* serviam como mecanismo de elevação do presente. Vista por intermédio dos republicanos, a imagem mítica do Fundador da República contrasta com sua historicidade. Era um homem comum, pouco afeito às coisas da política e consagrado, de maneira quase obsessiva, à prosaica luta pela segurança material de sua família.

O papel do Legislativo no desenvolvimento do republicanismo

Assim registra *A Província de São Paulo*, em editorial de 17 de Novembro de 1889, o novo regime político:

“ *A Proclamação da República, em São Paulo, pelo modo que se fez, serviu para bem demonstrar a oportunidade das reformas políticas e sociais que repousa nos princípios democráticos. A descrição de quanto se passou desde a aclamação do governo provisório vai por patente que a República era a geral aspiração de todo o paulista, de todo o brasileiro.*

*Ao anoitecer de anteontem quando maior era a expectativa pública, quando ainda não se havia manifesta por fatos a resolução da presidência, quando era natural o receio de uma reação, a cidade conservava o aspecto de todos os dias, confiando no novo regime; o comércio continuava a funcionar, os agrupamentos de populares que estacionavam em frente às redações dos jornais mantinham-se calmos e dignos, sem exaltações naturais, porém ao mesmo tempo inconvenientes à boa ordem e a prudência que cumpria manter... ”*¹¹

Evidentemente, o registro no principal periódico de São Paulo deixou clara a tensão existente na cidade de São Paulo em relação à manutenção da ordem. Populares concentrados em frente às redações dos jornais indicavam a quebra no cotidiano e tornavam-se inconvenientes à boa ordem. O que pretendiam esses populares que esperavam por notícias do Rio de Janeiro? Estariam bestializados, à espera dos mandos das elites dirigentes do processo político?

Parte das respostas pode ser recuperada na documentação produzida pelos parlamentares paulistas, divididos no novo regime em duas câmaras: o Senado Estadual e a Câmara dos Deputados. Dos 32 constituintes eleitos em 31/08/1889, 13 pertenciam ao Partido Conservador, 9 ao Partido Liberal, 9 ao Partido Republicano e 1 ao Partido Conservador Dissidente. Evidentemente, o número

de conservadores superava em muito a bancada republicana, que, por sua vez, não compunha com os liberais. Os votantes, 31.626 eleitores, representavam já um escrutínio universal obtido desde a reforma eleitoral de 1881, mas pertenciam ao campo das elites. O resultado dos trabalhos foi pouco inovador. Desde 1873, na Convenção de Itu, quando foi criado o Partido Republicano Paulista, um projeto de constituição foi elaborado para São Paulo. Em 1889, praticamente reeditou-se o texto elaborado por João Tibiriçá Piratininga, coordenador do grupo encarregado de elaborar um modelo constitucional para o novo regime político.

Com a República as liberdades refluíram: houve um grande fechamento na livre expressão das tendências políticas; inaugurou-se o sistema de partido único (Partido Republicano); atribuiu-se à junta de reconhecimento dos poderes um papel mais direcionado na manutenção do situacionismo com a Política dos Governadores.¹² Além disso, o controle centralizador da Comissão Central do PRP impedia que os partidos novos, como o Socialista, criado em 1892, o Católico, criado em 1889, o Operário, criado no mesmo período, concorressem nos pleitos eleitorais. Assim, através de velhos mecanismos de relações interpessoais, as práticas políticas republicanas foram sendo cerceadas ao longo de todo o período. Interessante notar que nos registros elas aparecem com clareza. Um exemplo foi a enorme quantidade de ofícios encaminhados ao Legislativo solicitando alteração da circunscrição municipal das propriedades rurais em direção ao Oeste Paulista. Nas justificativas, os pleiteantes afirmavam sem qualquer pudor que se tratava de pedido para acomodar o conjunto dos eleitores de um certo coronel, ou mesmo, equilibrar os diferentes poderes na área rural. Outro exemplo foi o longo processo de discussão da proposta apresentada por Julio de Mesquita com vistas à criação de um tribunal de arbitragem do trabalho. Mais de oitocentas páginas dos Anais da Câmara dos Deputados e do Senado registram as diferentes posições e o resultado foi a rejeição da proposta por ser ela considerada uma *antecipação do socialismo*¹³.

De certo modo, ao garantir o domínio das oligarquias cafeicultoras no sistema político republicano, o patrimonialismo se instaurou tornando a *res pública* uma *res privada*. Foram, do meu ponto de vista, as lutas dos movimentos sociais que de-

nunciaram esse estado de coisas. As dissidências oligárquicas concluídas depois da crise do civilismo, as lutas operárias que marcaram o início de um processo de cooperação entre os pobres, ou as classes perigosas, no sentido definido por E.P. Thompson, foram a cunha nos processos de dominação impostos pelas elites agro-exportadoras, autodefinidas como modernas.

A existência de duas câmaras não promoveu uma diferenciação no tratamento da coisa pública. As articulações em torno do fundo público permitiram a continuidade da proteção aos cafeicultores, seja por empréstimos nos momentos de crise, seja pelos investimentos no setor da ferrovia, ponto

fundamental para o escoamento da produção. A locomotiva foi a imagem escolhida pelos parlamentares para representar São Paulo como o carro chefe do desenvolvimento brasileiro. A imigração estrangeira fez com que muitos dos mitos do atraso nacional fossem reafirmados e confirmados. Finalmente, ao longo da primeira república, a questão social foi se tornando um caso de polícia, com a repressão aos grevistas e a formação de um forte aparato policial de segurança traduzido pelo Departamento de Ordem Política e Social criado em 1924.

Todo o modelo indicou verdadeira ausência de apreço ao sentido republicano, valor apenas introjetado na vida parlamentar em momento muito recente. O assalto ao poder por forças ditatoriais foi sendo paulatinamente construído, com a conivência dos parlamentares de então. Mesmo a marcha dos militares que levaram Getúlio ao

poder foi pouco criticada pelos parlamentares paulistas. Ao enfrentar a contínua repressão e duas ditaduras, a sociedade civil brasileira em geral procurou lembrar muitos dos momentos decisivos onde a omissão permitiu o prosseguimento do arbítrio. Para alcançar alguns níveis de participação nas esferas públicas, ainda temos vasto caminho no sentido de conseguirmos fazer do Legislativo um poder que preserve o sentido Republicano. Desse modo, a constituição da Divisão de Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo pode servir de estímulo ao resgate dessa história com vistas a um novo papel a ser desempenhado por órgão de fundamental importância na recuperação das demandas sociais em São Paulo e no país.

DAH-ALESP



Júlio Mesquita
(1862 - 1927)



Ilustração do número único de "15 de Novembro", boletim editado pelos artistas da Casa Martin Junior.

1 - QUEIROZ, Suely Robles Reis de. "O império na visão conservadora de um autor contemporâneo" in *Justiça & História*. Vol.3, nº 5, Porto Alegre, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, p. 134.

2 - VASCONCELLOS, Bernardo Pereira de. Discursos apud ARAÚJO, Joaquim Nabuco de. *Um Estadista do Império*. São Paulo/Rio de Janeiro, Nacional /Civilização Brasileira, 1936, p. 31.

3 - SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1979; COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo, Grijalbo, 1986; FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Fundamentos do Liberalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

4 - CARVALHO, José Murilo de. (Org.) *Visconde do Uruguai*. São Paulo, Editora 34, 2002, p. 317.

5 - ALVES, Cláudia Maria Costa *O Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império, 1870/1889*. São Paulo, 2000. Mimeo. (Tese, USP-FFLCH).

6 - *Adversidades como essa - explicava para si mesmo - eram fruto do caiporismo. Sentia-se perseguido pela má sorte desde os 12 anos, quando viu seu pai morrer, vitimado pelo tifo, e a mãe enlouquecer. Assumiu, então, o papel de arrimo de uma família quase na miséria. Adulto, canalizou energias para proteger sua família desse risco, mantendo vários empregos simultaneamente e ligando-se a inúmeras instituições de previdência. De volta da Guerra do Paraguai doente e sem dinheiro, ampliou o alcance de suas preocupações e tratou de organizar uma empresa de seguro-renda que garantiu, aos impossibilitados de trabalhar por invalidez, meios de sobrevivência digna, pelo que se tornou pioneiro nesse ramo de seguros privados no País.*

7 - *Cartas da Guerra - Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro, Iphan, 1999, p. 151.

8 - www.iphan.org.br/suprregionais/6sr/casabenjaminconstant.htm.

9 - SALLES, Alberto. *A Pátria Paulista*. São Paulo, Nacional, 1912.

10 - www.iphan.org.br/suprregionais/6sr/casabenjaminconstant.htm.

11 - *A Província de São Paulo, de 17/11/1889*, apud IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *O Legislativo Paulista na Construção da República*. São Paulo/Brasília, Contexto/CNPq, 1990, p. 19.

12 - Ver IOKOI, Z.M.G. Op.cit., p 29 ss.

13 - Idem, ibidem, p. 60-61.